

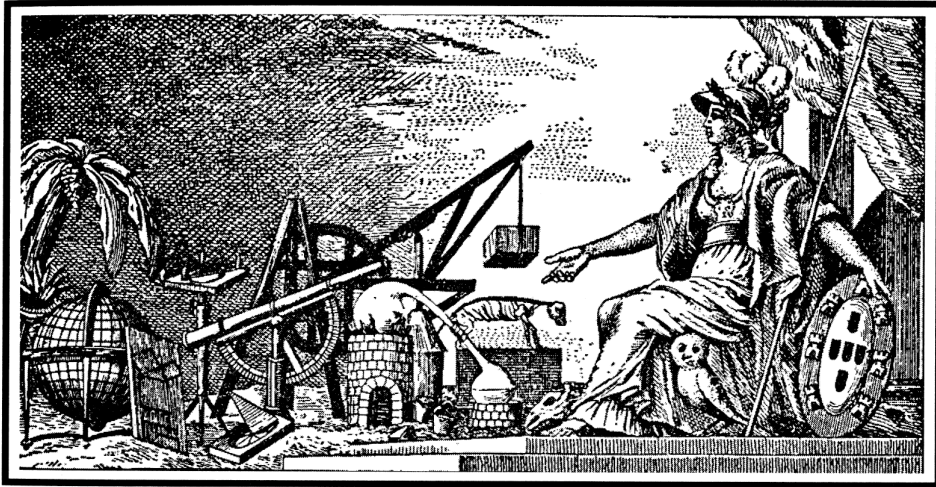
MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XXXVI



LISBOA • 2004/2005



O PODER LOCAL EM TEMPOS MEDIEVAIS *

MARIA HELENA DA CRUZ COELHO

1. O municipalismo, a história dos concelhos ou a história do poder local foram temas que recorrentemente interessaram os historiadores das centúrias de Oitocentos e Novecentos, continuando a prender a atenção dos estudiosos do século presente ¹.

* Mantivemos o texto como o apresentámos na Academia, em Janeiro de 2004, apenas actualizando as notas, dada a sua publicação tardia.

¹ Entre outros, vejam-se os balanços sobre a historiografia do poder concelhio em tempos medievais, em Humberto Baquero Moreno, Luís Miguel Duarte e Luís Carlos Amaral, «História da Administração Portuguesa na Idade Média — um Balanço», *Ler História*, 21, 1991, pp. 35-45; Maria Helena da Cruz Coelho, «A história e a historiografia municipal portuguesa. Problemas, fontes, métodos, realizações e contributos. Época medieval», in *O Município Português na História, na Cultura e no Desenvolvimento Regional*. Actas do Colóquio realizado na Universidade do Minho nos dias 2 e 5 de Junho de 1998 no âmbito do Projecto PRAXIS XXI, Braga, Universidade do Minho, 1999, pp. 37-55; Judite A. Gonçalves de Freitas, «Les Chemins de l'Histoire du Pouvoir dans le Médiévisme Portugais (ca. 1970-ca. 2000)», *Anais. Série História*, IX/X, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 2005, pp. 435-501; Maria Helena da Cruz Coelho, «O poder concelhio em

O século XIX, perpassado pelos ideais do liberalismo e do socialismo, assume-se como um século renovador na ideologia e na prática municipalistas. Como reacção às reformas centralizadoras e catalizada pelas correntes românticas que valorizavam o passado medieval, a história dos municípios emerge em meados da centúria de Oitocentos. Será Alexandre Herculano o seu cultor mais significativo, ainda que também Henrique Félix Nogueira nos legue na sua obra *O Município no Século XIX* a projecção da sua utopia descentralizadora, sustentada por municípios que se queriam «independentes, grandes e ricos»².

Alexandre Herculano, para além dos muitos artigos em jornais que defendiam o municipalismo na sua época e davam a conhecer a sua memória, legou-nos na sua *História de Portugal* que, mau grado nosso, só se alongou até ao reinado de D. Afonso III, uma eruditíssima análise do passado dos concelhos³. Fixou-se na sua institucionalização ou ratificação jurídica pelas cartas de foral e deteve-se miudamente no estudo da organização administrativa, judicial, fiscal e social que decorria desse normativo foraleiro. Acreditando que nesses séculos de Undecentos e Duzentos os concelhos haviam sido a expressão mais acabada da vigência da liberdade individual, da propriedade fundiária e do espírito democrático, valores que desejava ver implantados no seu tempo, pugnando por uma descentralização política e administrativa. Esta visão mitificada do viver concelhio foi já revista, mas a doutrina deste historiador é ainda hoje, como o será por certo amanhã, um ponto de referência para quem aborda estas questões.

Não diminui no Estado Novo o gosto pelo estudo da temática. Ainda que os municípios, perdendo a sua autonomia, se passassem a integrar na cadeia de um poder centralista, a história do seu passado interessou os historiadores do regime que, no seu ideário corporativista, os consideravam como instituições fundamentais na concretização do Estado-Nação.

tempos medievais — o ‘deve’ e ‘haver’ historiográfico», *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. História*, 3.^a série, 7, Porto, 2006, pp. 19-34.

² José Félix Henriques Nogueira, *O Município no Século XIX*, in *Obra Completa*, t. II, ed. org. por António Carlos Leal da Silva, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1979, pp. 71-72.

³ Alexandre Herculano, *História de Portugal desde o Começo da Monarquia até ao Fim do Reinado de Afonso III*, notas críticas de José Mattoso e verificação do texto por Ayala Monteiro, 4 vols., Lisboa, Livraria Bertrand, 1983, sendo no volume quarto que sobretudo desenvolve esta temática.

Os mais reputados estudos devem-se a Marcelo Caetano, que jamais deixará de ser revisitado nas lições institucionais que nos oferece sobre a articulação do poder central com o dos concelhos ou sobre o desenvolvimento interno dos oficiais e órgãos dirigentes concelhios⁴.

Depois de Abril, reanimado que foi um Estado democrático, em que o poder local se assume como um dos seus pilares de base, colocaram-se na ordem do dia os estudos das múltiplas vertentes e facetas desse mesmo poder, no ontem e no hoje⁵. Com novas abordagens, diferentes metodologias e conjugações interdisciplinares, a análise do devir municipal alargou-se e aprofundou-se. E se o recorte cronológico preferido foi o da contemporaneidade, os trabalhos sobre a época medieval talvez se lhe equiparem. Porque na busca da sua primeva e fundamental memória, as câmaras quiseram visitar as suas cartas de foral, das mais antigas outorgadas pelos nossos primeiros monarcas, às quinhentistas, concedidas pelo rei Venturoso, na sua ampla política reformadora.

Quase todos os municípios reeditaram as suas liberdades foraleiras, muitas vezes em obras acompanhadas de bons estudos, promoveram encontros científicos para debater a temática ou sensibilizaram-se para a publicação de fontes municipais. Entretanto, os medievalistas estudiosos do tema, sem abandonar de todo os séculos iniciais da implantação dos concelhos, preferiram sobremaneira fixar-se na sua evolução nos séculos XIV e XV. Fundamentando-se no seguro e esclarecedor método prosopográfico, conheceram então carreiras, percursos e actuações dos oficiais municipais e, sobremaneira, aperceberam-se do perfil sócio-económico das elites dirigentes e das suas políticas governativas de cariz aristocrático se não mesmo oligárquico. Revelaram, através das posturas, as especificidades do urbanismo medievo e as preocupações dos dirigentes concelhios com a higiene e a saúde, os esgotos e os lixos, a conjugação entre o homem e a natureza e a normalização do mundo laboral de comércio e artesanato.

⁴ Marcelo Caetano, *História do Direito Português (1140-1495)*, Lisboa-São Paulo, Editorial Verbo, 1981; *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1.ª dinastia (1179-1383)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990; *A Crise Nacional de 1383-1385. Subsídios para o Seu Estudo*, Lisboa, Verbo, s. d., trabalhos que citamos nas suas republicações, as quais bem atestam o interesse histórico de tais estudos ao longo de várias gerações.

⁵ Para um balanço sobre estes estudos pode recorrer-se à obra *Repertório Bibliográfico da Historiografia Portuguesa. 1974-1994*, coord. científica de Maria Helena da Cruz Coelho, Maria Manuela Tavares Ribeiro e Joaquim Ramos de Carvalho, Coimbra, Faculdade de Letras-Instituto Camões, 1995.

Fizeram balanços das finanças concelhias, analisando as suas receitas e despesas, verificando neles, por regra, os costumeiros desequilíbrios financeiros. Conheceram o diálogo do poder local com o central em Cortes, em análises dos capítulos gerais ou especiais aí apresentadas pelos concelhos. Atentaram na simbologia municipal, figurada em orgulhosos pelourinhos ou representativas bandeiras, ou perscrutaram os seus tempos extraordinários festivos, enfatizando a particular importância da festa e procissão do Corpo de Deus. Olharam atentamente para a produção escrita municipal, pormenorizando escritos e escritões, atentando em preciosos selos de relevante e simbólica iconografia, ou percorreram os circuitos do pregão das determinações internas concelhias e os caminhos das ordens recebidas e das cartas expedidas, acercando-se do activo mundo das comunicações municipais⁶.

2. A vida interna dos concelhos nas centúrias de Trezentos e Quatrocentos, na sua governança e governo, nos seus dominantes e dominados, ficou, sem dúvida, mais bem apreendida. Mais se podendo comparar com esse poder local outro que se lhe afrontava, o dos senhorios e dos senhores, nobres ou eclesiásticos. Como não menos se logrou redimensionar mais abrangentemente a interacção política de um poder régio centralizante com estes poderes locais descentralizadores, na articulação do centro com as periferias.

A capacidade política dos concelhos não deixou de ser acentuada, porque uma realidade visível na história do reino. De facto foram já eles que, em meados de Duzentos, apoiaram a causa de Afonso III contra as acusações que à política régia moviam os nobres e os eclesiásticos. Mas o seu papel na sustentação do reino tornou-se fundamental nos séculos XIV e XV. Lisboa, cidade pela qual se ganharia ou perderia Portugal, como tão bem avaliava o rei de Castela, colocou-se ao lado do Mestre de Avis. Apoiou-o como regedor e defensor do reino, incitando os grandes à vontade dos pequenos, foi cidade-mártir sofrendo com o seu Messias as dores da fome em prolongado cerco, foi motor de decisões mais amplas. Nos concelhos do Alentejo, onde eram nítidas as clivagens entre os detentores do poder e a sua população, a arraia-miúda, não sem cometer alguns

⁶ Remetemos para as sínteses inicialmente apontadas, em que se indicam os principais estudos sobre estas diversas temáticas.

ÍNDICE DIDASCÁLICO

O poder local em tempos medievais, por <i>Maria Helena da Cruz Coelho</i>	7-26
O mal numa perspectiva filosófica, por <i>Michel Renaud</i>	27-42
A tradição gramatical luso-brasileira, por <i>Evanildo Cavalcante Bechara</i>	43-54
Joaquim Maria Rodrigues de Brito: da filosofia do direito à filosofia da religião, por <i>António Braz Teixeira</i>	55-67
A revisão dos tratados europeus e a perspectiva de uma Constituição para a Europa, por <i>Paulo de Pitta e Cunha</i>	69-79
O regresso de Domingos Monteiro: no centenário do seu nascimento, por <i>João Bigotte Chorão</i>	81-88
<i>A Portuguesa</i> de Robert Musil, por <i>Agustina Bessa-Luís</i>	89-101
A parceria global para o desenvolvimento: uma perspectiva lusófona, por <i>Jorge Braga de Macedo</i>	103-111
Manuel Alegre: exílio exterior e exílio interior, por <i>Urbano Tavares Rodrigues</i>	113-120
D. Francisco Manuel de Melo: opções para o romance <i>O Prisioneiro da Torre Velha</i> , por <i>Fernando Campos</i>	121-131
Kant y la cuestión del método, por <i>Oswaldo Market</i>	133-139
Será o pedido de perdão apenas politicamente correcto? — Para uma filosofia do esquecimento e do perdão, por <i>Michel Renaud</i>	141-155

Mircea Eliade e o «terror da história», por <i>João Bigotte Chorão</i>	157-166
Luiz Francisco Rebello: sessenta anos de vida dramática e de investigação e crítica, por <i>Urbano Tavares Rodrigues</i>	167-172
Sobre o teatro de Luiz Francisco Rebello, por <i>António Braz Teixeira</i>	173-178
Pedro Homem de Mello em quatro cartas particulares, por <i>António Manuel Couto Viana</i>	179-190
Encontros e desencontros de Camilo e Eça, por <i>João Bigotte Chorão</i>	191-197
Situação de Locke no jusnaturalismo, por <i>António Braz Teixeira</i>	199-211
O Tratado Constitucional e as linhas federais na integração europeia, por <i>Paulo de Pitta e Cunha</i>	213-220
La psychologie dans le cercle des sciences humaines, por <i>Marc Richelle</i>	221-232
Polémicas londrinas entre <i>tories</i> e <i>whigs</i> motivadas pelas guerras civis em Portugal e Espanha, por <i>Fernando Guedes</i>	233-254
Do <i>Amadis</i> a <i>D. Quixote</i> na ficção portuguesa de Quinhentos, por <i>Aníbal Pinto de Castro</i>	255-267
A ficção da realidade — A propósito do romance <i>O Cavaleiro da Águia</i> , por <i>Fernando Campos</i>	269-276
Camilo Pessanha e Ana de Castro Osório, por <i>António Osório</i>	277-284
Perspectivas sobre a lógica da sobreabundância em Paul Ricoeur, por <i>Michel Renaud</i>	285-294
Intemporalidade e actualidade de Cervantes, por <i>Pedro Soares Martinez</i>	295-354

ÍNDICE ONOMÁSTICO

AGUSTINA BESSA-LUÍS:	
<i>A Portuguesa de Robert Musil</i>	89-101
ANÍBAL PINTO DE CASTRO:	
<i>Do Amadis a D. Quixote na ficção portuguesa de Quinhentos</i>	255-267
ANTÓNIO BRAZ TEIXEIRA:	
<i>Joaquim Maria Rodrigues de Brito: da filosofia do direito à filosofia da religião</i>	55-67
ANTÓNIO BRAZ TEIXEIRA:	
<i>Sobre o teatro de Luiz Francisco Rebello</i>	173-178
ANTÓNIO BRAZ TEIXEIRA:	
<i>Situação de Locke no jusnaturalismo</i>	199-211
ANTÓNIO MANUEL COUTO VIANA:	
<i>Pedro Homem de Mello em quatro cartas particulares</i>	179-190
ANTÓNIO OSÓRIO:	
<i>Camilo Pessanha e Ana de Castro Osório</i>	277-284
EVANILDO CAVALCANTE BECHARA:	
<i>A tradição gramatical luso-brasileira</i>	43-54
FERNANDO CAMPOS:	
<i>D. Francisco Manuel de Melo: opções para o romance O Prisioneiro da Torre Velha</i>	121-131
FERNANDO CAMPOS:	
<i>A ficção da realidade — A propósito do romance O Cavaleiro da Águia</i>	269-276

FERNANDO GUEDES:	
<i>Polémicas londrinhas entre tories e whigs motivadas pelas guerras civis em Portugal e Espanha</i>	233-254
JOÃO BIGOTTE CHORÃO:	
<i>O regresso de Domingos Monteiro: no centenário do seu nascimento</i>	81-88
JOÃO BIGOTTE CHORÃO:	
<i>Mircea Eliade e o «terror da história»</i>	157-166
JOÃO BIGOTTE CHORÃO:	
<i>Encontros e desencontros de Camilo e Eça</i>	191-197
JORGE BRAGA DE MACEDO:	
<i>A parceria global para o desenvolvimento: uma perspectiva lusófona</i>	103-111
MARC RICHELLE:	
<i>La psychologie dans le cercle des sciences humaines</i>	221-232
MARIA HELENA DA CRUZ COELHO:	
<i>O poder local em tempos medievais</i>	7-26
MICHEL RENAUD:	
<i>O mal numa perspectiva filosófica</i>	27-42
MICHEL RENAUD:	
<i>Será o pedido de perdão apenas politicamente correcto? — Para uma filosofia do esquecimento e do perdão</i>	141-155
MICHEL RENAUD:	
<i>Perspectivas sobre a lógica da sobreabundância em Paul Ricoeur</i>	285-294
OSWALDO MARKET:	
<i>Kant y la cuestión del método</i>	133-139
PAULO DE PITTA E CUNHA:	
<i>A revisão dos tratados europeus e a perspectiva de uma Constituição para a Europa</i>	69-79
PAULO DE PITTA E CUNHA:	
<i>O Tratado Constitucional e as linhas federais na integração europeia</i>	213-220
PEDRO SOARES MARTINEZ:	
<i>Intemporalidade e actualidade de Cervantes</i>	295-354

URBANO TAVARES RODRIGUES:

Manuel Alegre: exílio exterior e exílio interior 113-120

URBANO TAVARES RODRIGUES:

Luiz Francisco Rebello: sessenta anos de vida dramaturgica e de investigação e crítica 167-172